

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Boa tarde a todos.

Vamos... Um pouquinho de atraso, mas isso faz parte. Depois do almoço é... Eu gostaria de chamar o presidente da EBC, jornalista Nelson Breve, para compor a Mesa.

Antes de... Eu gostaria de fazer uma breve colocação a respeito de como chegamos até aqui, rapidamente.

Em março de 2011, após amplo debate e realização de consulta pública, o Conselho Curador da EBC aprovou o estudo e a concepção de uma nova faixa de programação que expressasse a diversidade religiosa brasileira. O Conselho Curador reconheceu, assim, de um lado, a profunda diversidade religiosa de nosso povo e, de outro, a necessidade de igualdade de tratamento em relação às demais fés, às diferentes fés.

Para deixar clara a natureza da decisão, o Conselho Curador vinculou sua determinação à entrada no ar, em seis meses, desta nova faixa religiosa; esta, sim, marcada pelo signo da diversidade e da pluralidade. Essa transição sempre foi considerada essencial para revelar os reais objetivos da resolução tomada pelo Conselho.

Frente à ausência de uma proposta consistente de programação, que contemplasse a visão do Conselho, consideramos salutar reconhecer ser mais apropriado ampliar o diálogo com todos os segmentos da sociedade, para garantir a ampla compreensão dos objetivos do órgão, qual seja a inclusão de todas as manifestações de fé presentes em nossa cultura. De um lado, portanto, criamos um Grupo Consultivo para a elaboração de diretrizes, com a participação dos segmentos envolvidos, que proporá alternativas que melhor se apliquem ao caráter público da instituição. De outro lado, a realização desta Audiência Pública. Abre-se, assim, janelas de oportunidade para que seja ampliada a participação de todos os segmentos, considerando sempre salutar em processo dessa natureza. O resultado, ou seja, a criação e a divulgação de uma nova faixa de programação que expresse toda a diversidade religiosa existente em nosso país é o nosso objetivo.

Muito bem-vindos e vamos dar início aos trabalhos, então.

Eu gostaria... Eu vou passar a palavra para o diretor Nelson Breve, que gostaria de fazer uma manifestação de boas-vindas a todos.

SR. NELSON BREVE: Boa tarde a todas e todos. Eu estou muito satisfeito em recebê-los aqui, na EBC.

A EBC é uma empresa pública, todos sabem, que foi criada quatro anos atrás, para fazer... cumprir uma missão, que é fazer comunicação pública de forma complementar à privada e à estatal, como previsto na Constituição, criando uma rede nacional de comunicação pública. Essa é a nossa missão. E, por isso, estamos aqui, de maneira pública, recebendo todos vocês, para fazer uma discussão, que é de interesse público. Acho

que é muito pertinente retomarmos a discussão desse tema. É um tema difícil, mas eu tenho confiança de que conseguiremos chegar a um bom entendimento, que possa respeitar todas as condições religiosas, respeitar as suas tradições, respeitar a pluralidade, os princípios de não discriminação, e que possamos chegar a um bom termo em relação a esse assunto, de questões religiosas, na programação da TV Brasil, a tevê pública nacional.

Eu queria dizer que eu vou deixar aqui, no meu lugar, o diretor de produção, o Rogério Brandão. Ele vem tratando desse assunto já desde o ano passado, em conversas com algumas condições(F) religiosas, também conversando com produtoras, para a gente ver a viabilidade de oferecer uma programação mais ampla, mais plural, sobre esse assunto. Eu gostaria de chamar o Rogério para que ele pudesse me representar aqui.

Eu queria pedir licença, mas esse é um assunto do Conselho Curador, que eu acho que a Presidência da EBC, estando participando da Mesa, confunde um pouco as coisas, porque quem preside é o Conselho Curador, o tema é do Conselho Curador, ele é que vai dar a diretriz posterior para que a gente implemente na nossa grade de programação. E, também, essa é uma das razões de eu estar me ausentando.

Então, eu peço licença a todos e vou deixar o Rogério no meu lugar.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Conselheiro João Jorge, sua presença... Bem-vindo, Rogério.

Eu vou pedir para o conselheiro João Jorge Rodrigues fazer uma apresentação do histórico do tema sobre o objeto da nossa reunião de hoje.

SR. JOÃO JORGE SANTO RODRIGUES: Pronto, então?

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Você pode botar a apresentação na tela, por favor? Aí.

SR. JOÃO JORGE SANTO RODRIGUES: Audiência Pública, 14 de março de 2012.

Vamos lá. Pode ir passando, e eu vou falando, ok?

“Histórico das discussões sobre os programas de ensino de cunho religioso”. Pode passar, por favor.

“No início de 2010, o Conselho Curador toma conhecimento de questionamentos recebidos pela Ouvidoria da EBC a respeito de programas religiosas na programação da TV Brasil. Dois mil e dez e dois mil e onze, diante da importância e complexidade do tema, o Conselho aborda em seis reuniões e realiza consulta pública de 75 dias, que recebe dezenas de contribuições.

Em março de 2011, o Conselho aprova a resolução para que a programação religiosa de então desse lugar, em seis meses, a uma nova faixa, que refletisse ao máximo a diversidade religiosa do povo brasileiro.

Setembro de 2011. Proposta da antiga Diretoria-Executiva da EBC, apresentando há poucos dias do fim do prazo determinado, foi considerada insuficiente, inexecutável no prazo determinado, impedindo que a transição, idealizada pelo Conselho Curador, se realizasse.

Outubro, novembro de 2011. Decisão judicial em caráter liminar determina a manutenção de programação religiosa. O Conselho Curador aprova a resolução, suspendendo temporariamente os efeitos da decisão anterior, até que nova proposta fosse apreciada. A resolução também determina a criação de um Grupo Consultivo para auxiliar na construção da nova proposta e define pela realização de audiências públicas sobre o tema.

Dois mil e doze. Com base nas medidas aprovadas, em novembro, pelo Conselho, a EBC solicita ao Judiciário a suspensão do processo. O Conselho Curador amplia diálogo com a sociedade em geral e com os setores envolvidos. Nesse cenário, atua para que se tenha a melhor solução, do ponto de vista da comunicação pública, com democracia e participação social”.

Eu quero ler, aqui, rapidamente, um documento do Conselho. Não preciso, não? Ah, tá. Então, basicamente, são esses itens, então, que nós queremos introduzir e apresentar para vocês.

Boa sorte!

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Obrigada. Obrigada, João Jorge.

Eu gostaria de consultar se a representante, secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura, que está representando a ministra da Cultura, está presente, a Sra. Ana Paula Santana. Não?

Bom, então, nós vamos partir para os nossos trabalhos propriamente ditos. Eu vou pedir para o Antonio explicar para os senhores o procedimento, como é que vão ser as questões, o encaminhamento das questões, as inscrições. Eu passo a palavra para o Antonio.

SR. ANTONIO BIONDI: Boa tarde a todas e todos. Eu estou com muita satisfação, aqui, presente, com vocês, aprendendo muitas coisas, e, talvez, uma função um pouco mais chata de encaminhar as falas, solicitar o respeito ao tempo das falas, mas acredito que estamos aqui, num momento bem importante de todos falarmos e nos ouvirmos, não é?

A gente vai ter basicamente três blocos de participações na Audiência Pública, sendo que o primeiro bloco diz respeito às pessoas e entidades que haviam participado da consulta pública que o Conselho Curador organizou em 2010 e que voltaram a se inscrever agora, manifestando interesse em participar da Audiência Pública. São até 15

inscrições nesse primeiro bloco. A gente não vai chegar a esse total. Então, passa... As inscrições que restarem desse primeiro bloco vão ser adicionadas ao segundo bloco.

O segundo bloco diz respeito às pessoas que se inscreveram previamente pela internet, tinham o prazo até segunda-feira, dia 12 de março, para as inscrições serem concluídas, e a gente recebeu cerca de 20 pré-inscrições, mas nem todas essas pessoas manifestaram interesse de falar hoje. Então, provavelmente, a gente vai conseguir contemplar também todas essas pré-inscrições. De toda forma, se houver um número maior do que o disponível para esse segundo bloco, a gente vai fazer um sorteio rápido e transparente, aqui, com vocês, para selecionar as pessoas que vão falar nesse segundo bloco.

E o terceiro bloco, que talvez algumas pessoas não tenham se pré-inscrito, não se enquadrem nesse caso de terem participado da consulta pública anterior, são as pessoas que estão chegando hoje para participar da audiência, a gente tem duas modalidades de contribuição. A Joelma, que está ali, na entrada, ali, junto daquela gigantesca coluna do Edifício Venâncio, ela está com duas fichas para contribuições. Quem quiser deixar uma contribuição por escrito, que vai ser encaminhada ao Conselho Curador, à Diretoria da EBC e ao Grupo Consultivo, você pode, então, preencher esse formulário escrito e entregar para a gente, que a gente vai encaminhar isso. Pode deixar a contribuição escrita com a Raquel(F), que é também colega nossa do Conselho Curador. E a outra forma [ininteligível] de participação é preencher uma fichinha breve, ali, só dando o seu nome e de que entidade você faz parte, se for o caso, manifestando o interesse também em falar hoje. E para esse último bloco tem mais dez inscrições.

Então, mais uma vez, passado desse total, a gente vai fazer um pequeno sorteio, não é, e, no total, a gente tem até 35 participações hoje. Então, eu acho que vai dar para ser um encontro bem diverso, realmente, e pedindo, então, a todos e todas que a gente siga esses cinco minutos, porque, senão, as últimas pessoas vão ser especialmente prejudicadas. E pelo fato de que muita gente está vindo de outros estados, vai voltar hoje para as suas cidades de origem, aí, se a gente conseguir até ser um pouquinho mais breve que os cinco minutos - lembrar que são até cinco minutos -, eu acho que vai dar para a gente fazer uma audiência ainda mais plural.

Então, eu acho que está claro aí, bem explicado, como é que a gente vai encaminhar.

Então, a gente vai começar, agora, convidando os inscritos no primeiro bloco, que participaram da consulta pública anterior, e a gente organizou aqui, pela ordem de inscrições, não é?

Então, a primeira pessoa que a gente gostaria de convidar a falar é o padre Marcos William Bernardo, da Arquidiocese do Rio de Janeiro, e,

em seguida, é o padre Joel Portella, também da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

SR. MARCOS WILLIAM BERNARDO: Boa tarde a todos. Eu trago uma saudação especial do Sr. Arcebispo Dom Orani João Tempesta, arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, e quero saudar o Conselho Curador, na pessoa da sua presidente, então, Sr. Ana Luiza. E dizer, externar a alegria, não é, o contentamento de estarmos hoje aqui. E, ao mesmo tempo, dizer que estamos percebendo mudanças, e, nessa percepção de mudanças, nós queremos estar juntos, fazendo outras tantas mudanças. De tal sorte que o que trago... Eu trago, na verdade... São duas propostas. Poderíamos fazer um discurso imenso aqui, não é, sobre a abordagem sociológica da religião, ou fenomenológica, ou fisiológica, como quiserem. Poderíamos abordar, inclusive, dois livros interessantíssimos do Richard Dawkins, que é "Deus: Um Delírio", que vai abrir, então, espaço para a negação da existência de Deus, assim como o "O Relojoeiro Cego", que é uma teoria da evolução contra o desígnio divino, uma negação explícita da existência de Deus. Eu recomendo a leitura. Recomendo a leitura. É interessante. Vale a pena ler. Além deste, temos ainda como 'Começou o Arco-Íris'. Temos ainda outros tantos livros que nós poderíamos falar deles. Este é um autor de referência, é inglês, mas teve grande parte de sua vida desenvolvida nos Estados Unidos.

Tenho duas propostas apenas, se assim me for permitido. É que nós queremos continuar com a programação, queremos corresponder ao espírito, eu diria, brasileiro, que traz consigo religiosidade, que traz consigo fruto, ou não, da colonização, mas traz consigo a religiosidade, e uma religiosidade que toca não a racionalidade, mas que toca a afetividade. Com isso, quero dizer que estamos de acordo com a [ininteligível] modernidade. Depois de Immanuel Kant, as coisas mudaram. Depois de Immanuel Kant, as coisas acabaram. Não mais a razão é capaz de me dar os critérios específicos para eu agir. A experiência, só pela experiência, não me fornece os conceitos a partir dos quais eu posso julgar o que é certo, o que é errado. Não consigo mais. Vem no coração. Vem a afetividade. Vem a inteligência intencional. Não adianta estudar na PUC, pensando que vai conseguir emprego, porque estuda na PUC. Ele tem que saber lidar com a diferença. Então, a minha primeira proposta é exatamente essa: que apareçam todos os trabalhos, todas as religiões, todos os movimentos, e venham com os seus cultos, e venham para público, para a tevê, em forma de culto. Porque de culto que nós estamos falando. Quando eu falo de culto, eu falo de algo público. Eu quero publicar a minha fé. Eu quero ter uma experiência religiosa.

E a segunda proposta é mais simples: é nós sairmos daquilo que nós chamamos, entre aspas, da dita ignorância religiosa, não é? A ignorância religiosa é aquela em que a gente se desconhece. E, muitas vezes, nós nos desconhecemos a nossa própria origem, não sabemos nem mesmo o que a nossa própria religião fez.

Então, eu proporia, além desta primeira, essa segunda proposta, de termos um programa, não é, em forma jornalística ou de entrevista, um *talk show*, como quiserem, envolvendo todas as denominações, e ali nós poderíamos conversar e aprofundar o conhecimento, saber o que é religião, está certo?

Mas sublinho a primeira proposta, que eu acho que é imprescindível, que é a de ficarmos, então, com um culto, e um culto que vai satisfazer o coração humano, que tanto sofre e que tanto pede ajuda. E a religião, para aqueles que creem, significa isso, significa um lugar de apoio, um lugar de amparo.

Eu agradeço aos senhores.

Muito obrigado.

SR. ANTONIO BIONDI: Obrigado, padre Marcos. Eu gostaria de convidar agora o padre Joel Portella. Ele não veio. Tá.

Então, o próximo inscrito é o Sr. Alexandre Silveira de Souza, Baba Alaiyè.

SR. ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUZA: Primeiramente, por estar em um ambiente com a presença de diversos segmentos religiosos, em português, eu quero pedir a benção a todos aqueles que estão presentes, tanto aqueles que me são mais velhos como aqueles que me são mais novos.

Eu iria ler a nossa contribuição, que foi construída por um fórum interreligioso, com a presença de representantes de diversos segmentos, mas, devido o tempo, vou ler apenas o posicionamento que nós colocamos a respeito.

“A questão histórica desse momento é de extrema importância, porque a postura e a propositura efetuada pelo Conselho Curador da EBC, na pessoa dos seus conselheiros, culminando com a realização dessa consulta e, agora, nesta audiência, corresponde a um marco no sistema televisivo brasileiro, aonde torna-se possível, de forma democrática e mais do que justa, permitir que seja promovida a justiça social, tão esperada, pelos mais diversos setores da população brasileira. Devemos lembrar que o Brasil é conhecido e reconhecido mundialmente por ser uma Pátria aonde os cidadãos das mais diversas etnias, raças, credos, teoricamente, vivem e convivem em harmonia. Infelizmente, somos obrigados a inserir o ‘teoricamente’ em nosso texto, pois encontra-se ocultado de toda a sociedade o genocídio que os afrodescendentes vivem nessa Pátria, aonde constantemente inúmeros e inúmeros jovens são assassinados, assim como também vem ocorrendo a intolerância religiosa crescente em nossa Pátria, aonde os nossos templos são invadidos, destruídos, somos perseguidos e temos nossa imagem maculada, quando saímos às suas ruas...”. Tanto que eu venho humildemente convidar a todos que se encontram aqui, presentes, quem quiser sair comigo para

passar, agora, na rua, vamos caminhar pelo setor comercial Sul, vamos aos shoppings. Eu até empresto algumas roupas iguais às minhas, para que vocês possam sentir, na alma de vocês e dentro do coração de vocês, a dor que a gente sente, quando andamos nas ruas e somos perseguidos e somos tratados como seres hediondos perante a sociedade, tá?

Então, isso precisa terminar. *“A desigualdade econômica faz com que segmentos mais favorecidos, detentores do poder, este poder oriundo, muitas vezes, de práticas passadas, que pregavam e incentivavam a invasão de terras ditas pagãs e se apropriavam dessa riqueza, para, hoje, estarem à frente e estarem acima de todos. Então, nós precisamos hoje, através dessa ferramenta, que é a ferramenta da mídia, resgatar... E igualdade para todos.*

Desta forma, hoje, a EBC, através do Conselho Curador, ao convocar essa Audiência Pública, ela pode criar um marco único, dentro do Brasil, para que sirva de espelho para outros canais e outras emissoras, aonde todos, independente da sua crença, independente da sua fé, possam, unidos, buscar o combate à intolerância racial, religiosa, e toda e qualquer tipo de intolerância, porque, perante Deus, somos todos iguais. Ninguém é diferente.

Então, na nossa contribuição que nós fizemos à EBC, nós propomos a construção de um Conselho Deliberativo, e que esse Conselho interreligioso, em conjunto com as instâncias da EBC, possam dialogar e construir uma grade programática de comum acordo para todos, e que, assim, nós possamos transmitir ao conhecimento público, desmistificando aquilo que eles pensam que sabem sobre todas as religiões, e que, na verdade, é algo que foi imposto socialmente, na história do tempo, e que, na verdade, não condiz com a verdadeira verdade divina.

Então, se é para se ter um programa de cunho religioso, em um país laico, que esse programa contemple toda a diversidade religiosa, sem proselitismo religioso, mas, sim, esclarecendo a opinião pública, esclarecendo a população, e trazendo a eles a luz da verdade”.

Este documento que eu elaborei, junto com os irmãos, se encontra aqui. Aqueles que queiram ler e assiná-lo, nós podemos, após, repassar para o Conselho Curador.

Obrigado a todos.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado.

Vou fazer um pequeno lembrete, que a Audiência Pública está sendo transmitida pela internet, pelo site da EBC, no espaço do Conselho Curador.

Então, quem quiser, aí, divulgar para as suas redes sociais, convidar as pessoas a acompanharem, nós estamos aí em diálogo com o Brasil

como um todo, né, via internet. E, agora, vamos convidar o Sr. Daniel Sottomaior, da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos.

Já aproveito para consultar se o Sr. Dioclécio Luz está na...

SR. DANIEL SOTTOMAIOR: Boa tarde a todos e a todas. É um prazer estar aqui. Saúdo a mesa e todos os presentes. Entendo que esse é um momento histórico, do qual eu tenho muita honra em participar.

Como membro do Comitê de Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos Humanos, eu tenho uma posição muito clara: quando se fala em religião, qualquer tema pertinente à religião, dentro de um espaço público, as pessoas têm que começar a se perguntar sobre uma coisa muito falada, mas muito pouco praticada, que é a laicidade de Estado. Eu entendo que as violações à laicidade do Estado violam diretamente os direitos humanos, em essencial os direitos de crença e de descrença. Como pode um Estado que se diz laico promover a religião ou a irreligião? Eu entendo que não pode haver nenhum tipo de privilégio. E embora eu, assim, concorde com o padre, que eu recomendo, de coração, a leitura do Richard Dawkins, eu me nego que o Estado, ao qual eu pertencço, promova essa leitura. Que eu, como cidadão, eu, como representante da minha associação, promova essa leitura, não há nada de errado; o papel do Estado é garantir que eu tenha o direito livre de fazer essa promoção. Então, o Estado deve servir como uma grande contrarregra da cena religiosa, mas jamais entrar em cena como ator. E o que a gente vê, na prática, o que tem acontecido, e a proposta é que isso continue acontecendo, é que o Estado continue sendo o ator, só que, às vezes, um ator, ao invés de ter uma voz só, um ator que tenha muitas vozes. É melhor que um ator tenha muitas vozes do que tenha um só, a discriminação é menor, mas ela continua. O próprio presidente, aqui, da EBC reconheceu, em entrevista, que, se ele tivesse que... Depois de um mapeamento, foram encontrados 80 cultos só em São Paulo. Você vai fazer um mapeamento, por que se restringir ao Brasil? Por que... Se vamos falar de diversidade religiosa, por que vamos falar só dos grupos religiosos que, historicamente, calharam de aportar aqui, nas nossas terras? A diversidade religiosa... A religião é um dado cultural. Então, será que estaremos preparados só para enfrentar a diversidade daquilo que é o nosso microcosmo brasileiro, de 200 milhões de habitantes, ou devemos ser cidadãos mundiais, estar preparados para entender o fenômeno religioso de 7 bilhões de habitantes?

Eu creio que esse culturacentrismo é uma das coisas que o Estado tem que combater. As pessoas ainda têm a ideia de que religião é cristianismo, que o cristianismo é uma religião mundial, que é uma religião... Mundial é, mas, enfim, que é uma religião universal. E, obviamente, perdem completamente de perspectiva o fato de que, para cada cristão existente no planeta, hoje, duas pessoas não são cristãs. Essa é uma realidade que escapa completamente a todos os brasileiros e que, se fizermos uma lista de cultos e tentarmos encaixar cada um deles,

só vamos aumentar um pouco a lista do... o tamanho do nosso umbigo para algumas dezenas de cultos e perder de vista todas as centenas de cultos que são praticados hoje em dia, fora as outras tantas centenas que já foram.

Além disso, é claro, eu não posso deixar de abordar a questão do ateísmo. Somos um país que tem ensino religioso. O ensino religioso, em todas as suas vertentes contempladas e não contempladas pela lei, até onde eu saiba, nunca aborda o ateísmo. Por que é que o Estado discrimina o ateísmo dessa maneira? Com que direito o Estado pode passar a mensagem, dizendo: "Olha, o cidadão tem que ser religioso. Nós vamos promover todos os tipos de religião, mas não vamos falar nada no ateísmo."? Imagine como seria se fosse ao contrário, um Estado que só pudesse promover o ateísmo. Isso é exatamente... São dois casos igualmente discriminatórios. Então, eu acho extremamente complicado, aplaudo a iniciativa de abrir a grade para um número maior de pontos de vista, mas não me parece viável, respeitando a laicidade do Estado, que isso aconteça.

Se é para que... Se for determinado que, de fato, haja abertura para novos programas religiosos, o Conselho vai enfrentar dilemas insolúveis e vai continuar discriminando alguns. Vai discriminar menos, mas vai continuar discriminando. Eu gostaria de pensar que isso não vai acontecer. E, se acontecer, espero que sejam ouvidas vozes importantes de todos os atores que temos aqui.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado, Daniel. Vou chamar o Sr. Dioclécio Luz, por favor.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Boa tarde, senhoras, senhores. Cumprimentar o Conselho Curador pela coragem de trazer esse tema em debate. Eu sei que não foi fácil, sabe? Eu fui um dos que encaminharam propostas, sugerindo que os programas religiosos saíssem da programação e demorou muito para que isso entrasse em pauta, devido a empecilhos colocados, e, finalmente, chegamos até aqui.

Bom, primeiro, eu quero dizer que eu li as 141 propostas encaminhadas ao Conselho. Os que defendem a manutenção dos programas se firmam basicamente em duas questões, em dois aspectos: primeiro, a tradição; e segundo, o sentimento religioso. O povo brasileiro tem uma fé etc. etc.

Com relação à tradição, eu acho que a gente tem que colocar, junto com a tradição, a história. Então, se você for pensar na presença religiosa no Brasil, em especial a cristã e, mais ainda, a católica, você tem assassinato de índios, de negros, confinamento, tortura e o que for possível... Sequestro de crianças, que era uma prática muito comum da

Igreja Católica. Então, do ponto de vista da história da tradição, é vergonhosa essa história da Igreja Católica no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Eu estou argumentando os... Eu estou colocando os argumentos em defesa da tradição. Eu estou falando que a tradição inclui a história. Se a tradição não incluir a história, por favor, vamos eliminar isso.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Dioclécio.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Vamos em frente. Tá bom, eu vou pular...

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Propostas, por favor.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Eu vou chegar. Eu tenho que colocar os meus argumentos ainda. Eu peço que o tempo seja considerado.

Segundo, contra a presença dos programas religiosos. Nós temos que o que país, o Estado, deveria ser um Estado laico; não é. Não é um Estado laico. A gente faz um esforço, não é, há 200 anos, de Montesquieu, sei lá... Um monte de gente falou que o Estado tem que ser laico e não consegue chegar aqui. Você vai no Congresso Nacional, tem um crucifixo; você vai na Assembleia, tem crucifixo, tem... E essa discussão aqui não é sobre a existência de Deus. Essa discussão aqui não é sobre a igreja. Entendam isso. Por isso que até eu considero a colocação de que não é para colocar... se fazer críticas à igreja. Não é essa a questão. A questão é se o Estado deve ser laico ou não e como é que ele deve agir enquanto laico, enquanto instituição laica.

Muito bem, ocorre que, quando uma igreja, a igreja chega na televisão ou no rádio, ela pratica o proselitismo. O que é proselitismo? Por exemplo, vamos supor que eu seja de um grupo que diz que o homem pode ter várias mulheres, pode casar com várias mulheres - tem religião que fala isso -, e eu vou e coloco isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Proselitismo, a discussão.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Por favor, por favor. Por favor, por favor. Por favor. Eu não vou... Infelizmente, eu não vou poder dar voz ao senhor. Eu entendo a sua posição, porque, senão, a gente não vai chegar... Ele tem cinco minutos, eu vou pedir para ele ser mais contido, Dioclécio, por favor.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Eu estou...

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Nós estamos aqui para colher sugestões sobre a programação.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Claro.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Então, eu lhe peço para se ater ao tema, por favor.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Tá bom.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Padre, calma. Ouça, padre.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Não, isso eu não vou fazer. Isso eu não vou fazer. Isso eu não vou fazer.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Isso é um debate público.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: É um debate público.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Eu posso colocar... Vocês querem me censurar?

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Por favor, senhores. Por favor, senhores. Eu não vou fazer censura de maneira nenhuma.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Censura.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Não vou assessorar ninguém. Isso aqui é uma Audiência Pública aberta. Eu só peço ao Dioclécio, que eu já conheço há muitos anos, do Movimento de Rádio Comunitária: por favor, Dioclécio, vamos tentar manter a paz, cultura de paz, que eu ouvi tanto hoje sobre ontem.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Claro. O que eu estou colocando... Eu não citei a religião. Eu estou dizendo que tem religião, por exemplo, que critica a transfusão de sangue. Não existe isso? Imagina essa religião chegar na televisão e colocar isso. Eu admito pelos seus fiéis, é um problema da igreja, que fale para os seus fiéis determinadas coisas. Mas quando você chega numa emissora, que é... que tem como função ser educativa e cultural, você está ensinando as pessoas, no geral, para fazer isso, assim ou assado. Entre outras coisas. Eu posso fazer parte de uma religião que diz que vem um disco voador me salvar. Como eu conheço que tem isso. Mas cabe, em um espaço público, eu fazer esse proselitismo? O risco que isso representa. Eu falei de coisas menores. Tem coisas maiores. Tem religião que... Bom, eu vou sair desse tema porque... Para ir pela paz, tá bom? Para ir pela paz. Não, eu não quero a sua palmas, não. Dispensou. Vamos embora.

Ainda em defesa das decisões do Conselho. A presença dos programas é inconstitucional, em função do art. 19, da Constituição brasileira, que diz que o Estado não pode subvencionar religiões nenhuma. Eu estou tentando evitar os pontos mais polêmicos, mais [ininteligível].

Com relação ao outro argumento... Não, por favor. Eu fui contido aqui.

Com relação... Acaba que eu me perco aqui, no que eu tinha colocado.

Com relação... Um dos argumentos colocados é que não... A missa ou a programação transmitida, o programa evangélico, ele vai permitir que as pessoas em casa assistam sem precisar se deslocar para a igreja. E eu queria lembrar aqui que as emissoras controladas pelas religiões, hoje, só pelas católicas, são 46.

SR. ANTONIO BIONDI: Concluindo, Dioclécio, por favor.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Tá. Considere os intervalos, né?

SR. ANTONIO BIONDI: Eu considere, parei o tempo.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Tá. Quarenta e seis veículos são dominados pela igreja católica; 234 pelas igrejas evangélicas; retransmissoras da igreja católica são 863, só televisões. Então, não precisa ninguém se deslocar. Tem várias aí acontecendo.

Eu quero propor... Eu quero propor que...

SR. ANTONIO BIONDI: Deu o tempo, Dioclécio.

SR. DIOCLÉCIO LUZ: Eu sei. Eu quero propor aqui que a EBC, cumprindo a sua função cultural e educativa, promova, em substituição a esses programas, que faça... Que produza programas que tratem da religião enquanto fenômeno cultural, sem fazer nenhum proselitismo, abrangendo todas, e que... Para concluir, que, finalmente, as igrejas sejam mais tolerantes. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Obrigado. Eu queria...

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Eu peço a permissão só para chamar a Ana Paula Santana, é isso? É. Que gostaria de fazer uma saudação em nome da ministra da Cultura a todos os participantes. Ana Paula. Rapidinho também, tá?

SRA. ANA PAULA SANTANA: Boa tarde a todos e a todas.

Em nome do Ministério da Cultura, da ministra Ana de Hollanda, eu venho reforçar que o Ministério dessa atual gestão é totalmente favorável à questão da tolerância religiosa, da pluralidade de credos, da pluralidade cultural, que as religiões, hoje existentes, no Brasil e no mundo inteiro,

agregam ao imaginário, à constituição do ser humano. E é nesse sentido que o Ministério da Cultura permanece sempre à disposição da Empresa Brasil de Comunicação e da TV Brasil, no intuito de agregar essa diversidade cultural, que é traço marcante das religiões que hoje são seguidas no Brasil.

Então, eu gostaria de deixar as portas do Ministério também abertas para todos aqueles que seguem uma religião, aqueles que não seguem religiões, mas que tenham, na cultura, também, esse papel essencial, que a religião é traço de constituição do ser humano e de constituição de qualquer nação.

Muito obrigada, muito obrigada à Mesa. Faço minhas as palavras de todos os brasileiros que lutam pela democracia e pela liberdade de expressão.

Obrigada.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Eu queria, antes de chamar o próximo contribuinte, vamos dizer assim, entre aspas, saudar a deputada Liliam Sá, que acaba de chegar para nos acompanhar. Ela vem acompanhando essa questão, junto ao Conselho Curador, e eu gostaria de agradecer a sua presença, deputada. Por favor.

SR. ANTONIO BIONDI: Eu queria consultar agora os Srs. Flávio Vieira Lima e Ronaldo Cerqueira Lemos, se algum dos dois está presente. Eles estavam ontem, aqui, reunidos conosco.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Acabaram de chegar.

SR. ANTONIO BIONDI: Sim? Então, tá. Tá ótimo.

Então, os dois próximos inscritos são justamente o pastor Flávio Vieira Lima e o Sr. Ronaldo Cerqueira Lemos, ambos da Associação Evangélica de Comunicação Reencontro.

SR. FLÁVIO VIEIRA LIMA: Sra. Presidente, membros da Mesa, prezados senhores e senhoras. Nós representamos a Associação Evangélica de Comunicação Reencontro, e o programa Reencontro, que é um programa que não tem um rótulo de denominação evangélica, porque, na realidade, desde que a TV Educativa do Rio de Janeiro entrou no ar, nós entramos no ar, sob um obséquio especialíssimo de Gilson Amado, que era companheiro de Nilson Fanini, no Conselho de Educação do Rio de Janeiro. Nilson Fanini ajudou Gilson Amado naquela época, indo à Alemanha, através da Fundação Konrad Adenauer, e trouxe equipamentos em Palm-M, para que a emissora pudesse entrar no ar. Em contrapartida, houve esta solidariedade de Gilson Amado e, ao mesmo tempo, a Arquidiocese do Rio de Janeiro recebeu, também, um espaço para ter ali a Santa Missa.

Nós, do Reencontro, do programa Reencontro, não temos nenhuma dificuldade em discutir este assunto, porque nós sabemos da religiosidade do povo brasileiro. Por isso, durante o tempo que nós estamos no ar, 41 anos exatos... O Reencontro vem de 1967; agora estamos completando 45 anos, mas, na emissora estatal, 41 anos. Nós sempre abrimos o espaço, dentro do nosso espaço, para pessoas serem entrevistadas, falarem sobre problemas sociais, até mesmo políticos, e, também, de religião, por entender que aquele espaço era um espaço também educativo. E, até hoje, nós cumprimos este objetivo.

Quando nós discutimos o problema constitucional de laicidade, que é uma coisa diferente daquilo que nós queremos realmente chegar ao ponto final, através deste Conselho, não é, dessa Audiência Pública, que está sendo feita pelo Conselho Curador da EBC. Nós estamos discutindo é a diversidade religiosa e a programação em uma emissora estatal. Se há de se abrir mais espaço para que o povo brasileiro possa apreciar a sua diversidade religiosa, eu creio que o Conselho Curador da EBC deve realmente reunir a opinião pública, não somente com uma audiência como esta, mas muitas outras, e que o processo, ele se desenvolva dentro de um caráter realmente... um caráter de ajuda à população brasileira e não de divisão, ou de preferências, ou de tomada de espaço por outras religiões. Não é isso que nós devemos discutir. Nós devemos discutir é isso: precisamos de mais espaço? Outros grupos religiosos querem mais espaço? Ok, vamos abrir esse espaço. A tevê é pública. Pública, quer dizer, é do povo, é nossa tevê. Nós mandamos nessa emissora. Nós mandamos na EBC, nós mandamos no Conselho Curador... Me desculpem essa expressão de mandar, no bom sentido, porque a tevê é nossa, senhores. Então, devemos discutir este assunto neste prisma. Apenas isso.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Chamar, por favor, o Sr. Padre Dionel Lopes Amaral.

SR. DIONEL LOPES AMARAL: Boa tarde à presidente do Conselho, Ana Fleck, o Rogério Brandão, lá da nossa TV Brasil, o Antonio Biondi, aqui, o nosso secretário, a todos os membros do Conselho, que estão aqui presentes, a deputada Liliam Sá, que chegou parece que há pouco... A deputada está por aí ainda? A deputada, então, que está aqui conosco. No Rio de Janeiro, eu tive a oportunidade de falar com ela. Todos aqui presentes. Estamos aqui justamente como participantes da Arquidiocese de São Sebastião, do Rio de Janeiro. O padre Marcos William já mostrou a satisfação do nosso arcebispo, Dom Orani João Tempesta, de que esse Conselho promovesse essa Audiência Pública para nós, então, debatermos aquilo que o pastor Flávio falou agora: uma emissora pública, qual é o seu caráter, o que é que ela deve fazer? Então, é isso que nós estamos procurando, então, atingir.

E nós, pastor, com o Fanini, nossos amigos do Reencontro, 41 anos... Nós estamos só há 40. Nós estamos há 40 anos lá na nossa saudosa TV Educativa. Eu costumo dizer que, quando era educativa, nós éramos tratados educativamente.

[palmas]

Quando passou a ser tevê pública, nós não tomamos nenhum conhecimento daquilo que o Conselho estava fazendo para que a programação religiosa fosse banida da tevê pública. O conhecimento que eu tive foi através de um conselheiro, Daniel Ayres (sic) Reis, numa entrevista, no estado de São Paulo, em que ele disse: "Programação religiosa da TV Brasil pode chegar ao fim". Isso em 2010. E, a partir daí, tivemos, então, preocupações de entrar em contato com a atual... a ex-diretora-presidente, a Tereza Cruvinel, depois os membros do Conselho, o Dom Orani escreveu à Presidente da República, e nunca nos chamaram para falarmos sobre o assunto como estamos falando agora. Nunca. A comunicação que obtivemos foi que, dia 18 de setembro, o Rogério Brandão me chamou lá para comunicar que os programas religiosos estavam suspensos. Dezoito de setembro de 2011. E 20 de setembro de 2011, nós entramos na Justiça e tivemos, então, a resposta da Justiça Federal, permitindo que os programas religiosos continuassem: Palavras de Vida, Santa Missa e Reencontro. A EBC entrou com um processo para cassar a liminar e, mais uma vez, o juiz permitiu que nós continuássemos, nós continuássemos.

Eu me referia a quando era só Educativa porque nós tínhamos também um tratado por escrito, em cartório, com a TV Educativa, sobre os programas religiosos na TV Educativa, da Arquidiocese do Rio de Janeiro. E não só há uma lei já aprovada pelo Congresso Nacional e assinada pelo ex-saudoso presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde se reconhece o direito que a Igreja Apostólica Romana Católica tem de levar a sua mensagem às pessoas que estão impossibilitadas de ir à igreja, que estão nos hospitais, em institutos penais. Não é proselitismo; é cumprimento de uma missão, tanto dos nossos irmãos da igreja batista, que estão conosco lá há 41 anos, nós há 40, como a que nós fizemos. Não fazemos proselitismo, mas apenas cumprimos a missão, que é levar a palavra de Deus àqueles que acreditam em Deus, e rezamos também por aqueles que não acreditam em Deus. Oxalá, um dia, eles também participem. Participem também da nossa fé, da nossa crença em Deus.

Muito obrigado pela atenção de todos.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Obrigado, padre.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Eu... Só um minutinho. Eu só queria... Eu não posso ficar aqui... Jamais o Conselho Curador, padre Dionel, quis tirar os programas do ar, pura e simplesmente. Jamais. Nunca foi essa a decisão do Conselho.

SR. DIONEL LOPES AMARAL: Mas nós recebemos...

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Eu não posso responder pela Direção anterior, padre. Eu não posso fazer isso.

SR. DIONEL LOPES AMARAL: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Ah, então, graças a Deus. Então tá bom.

SR. ANTONIO BIONDI: Convidar agora o Sr. Gésio Passos, do Intervozes, para fazer uma explanação, e, em seguida, a Sra. Daniella Hiche.

SR. GÉSIO PASSOS: Boa tarde a todos. O meu nome é Gésio Passos, eu sou do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, uma entidade que luta pelo direito da comunicação no país.

Primeiro, a gente quer ressaltar a importância do Conselho realizar essa Audiência Pública, e foi realizado também consultas públicas abertas, em 2010, onde todos puderam participar, inclusive as igrejas. Isso foi divulgado amplamente. A gente teve muitas participações, até, inclusive, de fiéis dessas igrejas, em 2010. Então, eu acho que é exagerar, quando você fala que não houve esse espaço para participar de debates, mas houve, sim. E a gente ainda quer destacar que essa é apenas a quarta audiência do Conselho Curador em toda a sua história, não é? Além de só ter duas consultas públicas. Então, a gente acha que esse instrumento é importante, fundamental, para o Conselho Curador dialogar com a sociedade, e deve se ampliar esses procedimentos daqui para frente, para dar transparência e aproximar a sociedade do Conselho.

Primeiro, a gente fala que... Queríamos destacar a importância da decisão do Conselho, né? O Conselho é o organismo que, dentro da lei, não é, que fundou a EBC, é o organismo que garante o caráter público da EBC, garante que a emissora vai ser uma emissora pública e não uma emissora meramente estatal. A decisão do Conselho cumpre os seus próprios objetivos, que a lei da EBC fundou. Então, o artigo... Lá no seu art. 3º, da lei da EBC, deixa clara uma coisa: que é vedada qualquer forma de proselitismo na programação da emissora. Isso foi aprovado no Congresso Nacional, sancionado pelo presidente da República. Isso deixa claro o papel da emissora pública de comunicação no país. A lei... Só vou ressaltar o que o Dioclécio colocou aqui. O art. 19, 19º, da Constituição Federal, veda à União estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, na colaboração de interesse público. Então, se a gente... A gente acha que os programas exibidos nas emissoras da EBC, na TV Brasil, na Rádio Nacional, eles claramente, claramente, têm finalidade de proselitismo religioso. Então, isso contraria a lei e a Constituição Federal do nosso país.

Então, a gente acha que a manutenção desses programas, sim, é um atentado ao Estado de direito do Brasil, atentado à democracia brasileira.

Além disso, a Constituição garante a finalidade, não só das emissoras públicas, mas das emissoras estatais e das emissoras privadas, de... Que suas programações tendem à finalidade educativa, artística, cultural e informativa. Então, o proselitismo, em qualquer emissora pública, já que são concessões públicas, é inconstitucional da mesma forma. Isso é uma visão do Intervozes a respeito desse tema.

Então, a gente... É importante ressaltar também... Como a gente está falando de laicidade, no último dia 10, sábado passado, o ministro Celso de Mello publicou um artigo sobre a questão dos crucifixos na Justiça gaúcha, que eu acho que é importante ressaltar duas questões fundamentais desse ministro do STJ. Primeiro, ele coloca que a laicidade do Estado brasileiro reveste-se de natureza eminentemente constitucional, traduz natural consequência da separação institucional entre igreja e Estado. Depois ele pontua: *"O Estado laico, que não se confunde com o Estado ateu, este, sim, de índole confessional, não tem, nem pode ter, aversão ao preconceito em matéria religiosa, tanto quanto não se acha constitucionalmente legitimado a demonstrar preferência por qualquer denominação confessional, ao contrário do Estado monárquico brasileiro, cuja carta política de 1824, consagra o catolicismo como religião oficial do Império"*. Então, assim, temos que lutar para garantir essa separação entre o Estado e religião, mostrar que a religião é uma manifestação cultural, sim, da sociedade e deve ser dessa forma tratada.

Para tentar concluir aqui. Então, o Intervozes considera que a liberdade... Existe a liberdade de crença e religião no país, e ela deve ser respeitada, e não só de uma só religião, ou duas, ou três, e que... Segundo o Censo de 2000, identificou 142 possibilidades de enquadramentos religiosos. Então, a gente... E a gente, como coletivo, a gente é um coletivo que é formado de diversas pessoas de várias religiões - tem católicos, espiritismo... Enfim, a gente defende essa decisão do Conselho, a gente acha que... A gente fica um pouco estranha, que, na gestão passada da EBC--

SR. ANTONIO BIONDI: Concluindo, Gésio, por favor.

SR. GÉSIO PASSOS: --a empresa não deu resposta em tempo hábil de preparar um programa para substituir os programas religiosos, como foi a decisão do Conselho, não é? Isso a gente estranha muito. A gente acha que a empresa já deve--

SR. ANTONIO BIONDI: Gésio, concluindo, por favor.

SR. GÉSIO PASSOS: Só para concluir. A empresa já deveria ter pronto esse programa para colocar no ar, não é? E a gente defende que tenha, sim, uma programação que não faça o proselitismo de nenhuma

religião; sim, uma programação que trate a religião como um fenômeno cultural.

SR. ANTONIO BIONDI: Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Vou chamar, por favor, a Daniella Hiche.

SRA. DANIELLA HICHE: Primeiro, eu gostaria de parabenizar a EBC pela realização dessa Audiência Pública. Eu sou representante da Comunidade Bahá'i do Brasil e estou, hoje, aqui, representando o Comitê de Diversidade Religiosa, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em primeiro lugar, eu gostaria de colocar que o Comitê vê como de suma importância a laicidade do Estado e que nesse... E também o caráter público da EBC. Então, sendo o Estado laico, ele deve, obviamente, se ocupar de garantir a diversidade religiosa. Então, a primeira contribuição que o Comitê gostaria de fazer é no sentido de que, primeiramente, a faixa, que é chamada de religiosa, não tenha esse nome, porque já dá um caráter proselitista para uma programação que deve ser de caráter educacional, que promova a educação em Direitos Humanos e por aí vai. Então, a nossa sugestão seria que essa faixa fosse substituída por uma faixa de diversidade religiosa. Então, essa é uma primeira contribuição.

Segundamente, que toda a programação que venha a ser elaborada, já que foi expresso aqui, pelo Conselho, de que há interesse de que exista uma programação com foco em diversidade religiosa, que ele esteja obviamente em sintonia com a Política Nacional de Direitos Humanos, e, nesse sentido, obviamente, alinhada com as ações programáticas do Plano Nacional de Direitos Humanos 3, que está em vigor neste momento. E nesse sentido, obviamente, que se favoreça a diversidade religiosa, que eu acho que, pela fala de alguns, aqui, isso simplesmente se agrega, e, também, a questão da educação em Direitos Humanos. Então, que a gente vê que é preciso ser trabalhado, o que é preciso ser apresentado, de forma educacional, para a população brasileira é o potencial, o valor da diversidade religiosa que nós temos no Brasil e no mundo.

Algumas outras contribuições que o Comitê gostaria de compartilhar seria a criação de uma instância, seja um Conselho, um Comitê, o nome que quiser dar, que trabalharia junto com o Grupo Consultivo ou alguma instância da EBC, que ajudaria, que auxiliaria a EBC na formulação de uma programação de caráter... que promova a diversidade religiosa, sim, como preconiza o PnDH-3. Essa instância seria composta por representações religiosas do país, poderia ser composta também por antropólogos, historiadores e outras pessoas que obviamente têm uma contribuição a dar no tocante do fenômeno religioso cultural, e outras representações, obviamente, que equilibrariam esse Conselho e ajudariam, obviamente, uma equipe da EBC que não necessariamente

tenha essa expertise, essa especialidade de conseguir abarcar essa enorme diversidade religiosa do Brasil.

Nós gostaríamos, também, de sugerir que... Ou, também, de oferecer que o Comitê de Diversidade Religiosa está à disposição para auxiliar a EBC na formulação dessa programação, identificando diversas religiões ou grupos que obviamente não têm uma crença específica. Gostaria também de... Gostaríamos também de propor que, no conteúdo programático, fosse contemplada a Ação Programática 'B', da Diretriz 10... Objetivo Estratégico 6, que diz respeito à produção, disseminação de campanhas de diversidade religiosa. Então, isso poderia ser tanto parte da programação ou, talvez, do elemento de comerciais dentro da programação dessa faixa de diversidade religiosa que nós estamos propondo. E isso atenderia, contemplaria, na efetivação, na implementação de uma ação programática muito importante do PnDH-3.

Dada a dificuldade de se identificar quais são os grupos religiosos, as tradições, as manifestações religiosas do Brasil, a gente coloca, também, a importância de se referenciar num relatório que está sendo solicitado pelo... Vamos dizer, uma das ações programáticas do PnDH-3 é que seja realizado um relatório de pesquisas relativas às práticas religiosas no Brasil. Como a gente sabe que esse relatório ainda não existe, o Comitê, também, de Diversidade Religiosa se coloca à disposição para auxiliar na identificação desses grupos, até que esse relatório esteja pronto. E quando esse relatório venha a estar pronto, efetivando assim mais uma ação programática do PnDH-3, que a programação da EBC dê vazão, dê publicidade ao conteúdo desse relatório, que a gente acredita também que auxilie muito a população brasileira na promoção da diversidade religiosa e no combate à intolerância religiosa.

Muito obrigada.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado, Daniella. Eu queria consultar se a Sra. Márcia Maria Bianchi está. Sim? Então, a próxima inscrita, por favor.

SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI: Boa tarde, senhoras e senhores. Quero congratular o Conselho da EBC por essa consulta histórica, realmente, e... Sou representante da IBWB, Igreja de Bruxaria e Wicca do Brasil, e da Abrawicca, Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca. Portanto, eu sou bruxa e sacerdotisa de uma religião pagã e politeísta. E por aí vocês já percebem que, certamente, nada do que existiu, até hoje, na grade da EBC, contempla a minha religião.

Mas, também, falo aqui como membro do Comitê de Diversidade Religiosa, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, e, como tal, eu venho reforçar todas as colocações que a Daniella trouxe para nós, que são as colocações do Comitê, e lembrar que eu acho que... Sendo muito prático e restringindo a minha fala ao mínimo,

a decisão aqui não é se vai continuar tendo programa que transmita culto religioso ou não. Isso a lei já decidiu: é completamente ilegal e inconstitucional. Não existe essa possibilidade do Conselho decidir diferente. E se, infelizmente, o Judiciário manteve isso, infelizmente os juízes também erram e proferem decisões *contra legem*. Se isso acontece há 40 anos, estamos vivendo há 40 anos na ilegalidade, porque a divisão entre igreja, Estado e a laicidade do Estado não começou na Constituição de 88; ela é um fenômeno republicano. Então, realmente, o que se deve discutir aqui é: deve existir programa de cunho religioso? Se nós chegarmos à conclusão que sim, certamente isso só pode ser de acordo com a lei, expressão da diversidade religiosa. E quando se fala diversidade religiosa, se deve abarcar o fenômeno religioso em todas as suas formas de crenças e descrenças. Por quê? A única maneira de se tornar isso realmente inclusivo e contemplar o povo brasileiro na sua totalidade, e não transformar isto aqui, também, numa ditadura das majorias - porque democracia não é uma ditadura das majorias, é uma convivência de direitos -, então, para que isso não se torne mais um instrumento de opressão, com os argumentos de que sempre foi assim e deve continuar assim, o que nós temos que fazer é: cumprir a lei, simplesmente. Cumprir a Constituição, cumprir a lei e abordar de qualquer maneira, numa emissora pública, paga com dinheiro público, esse fenômeno como a Constituição mandou, como um fenômeno cultural, como uma comparação entre religiões, chamando não só membros de igrejas, mas também, para participar desses programas, pessoas da Academia, estudiosos do fenômeno religioso, gente que vá abordar isso de um ponto de vista sociológico, cultural, e também os líderes religiosos, mas líderes religiosos prontos para o diálogo, não para a imposição dos interesses desta ou daquela religião.

Se, nesses 40 anos, tivesse sido transmitido todos os dias um "Sabá de Bruxas", eu também estaria aqui, dizendo que isso é completamente ilegal.

Muito obrigada.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Obrigado. A gente, antes de iniciar o segundo bloco, a gente concluiu agora todas as inscrições do primeiro bloco. Foram nove intervenções no total, então ficamos aí com um saldo de seis inscrições para os dois blocos sequenciais. Mas, antes de iniciar o segundo bloco, eu vou consultar a presidenta e o Sr. Rogério se eles querem colocar, fazer alguma colocação.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Não, eu vou apenas assistir a audiência, tá? Rogério, se você quiser fazer alguma manifestação...

SR. ROGÉRIO BRANDÃO: Não, da minha parte também, eu quero apenas ouvir agora por enquanto.

SR. ANTONIO BIONDI: Muito bem. Antes de iniciar este segundo bloco, vou fazer três pequenos lembretes. O primeiro é que quem não se pré-inscreveu pela internet e ainda quer se inscrever hoje, ou deixar alguma contribuição conosco hoje, pode fazer de duas formas: ou por escrito, as fichas estão ali na entrada com a Joelma ou com a Raquel, ou preencher uma fichinha manifestando interesse em ainda participar da audiência agora no final. Também para quem estiver assistindo pela internet e quiser enviar alguma contribuição por escrito, o *e-mail* do Conselho Curador está aguardando aí pelas contribuições. O endereço é: conselho.curador@ebc.com.br. Depois, inclusive, a gente vai divulgar um período aí para as pessoas enviarem colaborações para esse processo, não é, para contribuir com o grupo consultivo, com o Conselho Curador etc. Então, eram esses os lembretes.

Agora a gente vai iniciar o segundo bloco. O segundo bloco previa até dez inscrições, mas podendo herdar um saldo aí do primeiro bloco. Então, como a gente teve só nove contribuições iniciais, a gente pode ter até 16 nesse segundo bloco agora, acho que vai atender a todos os inscritos sem problema. E a primeira pessoa que eu gostaria de convidar a contribuir é o Sr. Fernando Paulino e, em seguida, o Sr. Murilo Ferreira de Abreu.

SR. FERNANDO PAULINO: Boa tarde. Eu não vou usar os cinco minutos, só queria parabenizar o Conselho Curador pela iniciativa, e dizer que, por conta de um termo de cooperação entre a Universidade de Brasília e a Ouvidoria, nós estamos fazendo um programa para as emissoras de rádio sobre essa temática, que vai ao ar na semana que vem. Então, ao término dessa audiência pública, a gente gostaria de entrevistar algumas pessoas para tratar dessa temática e dizer também que essa é uma questão que está sendo abordada no programa "O Público na TV", feito pela Ouvidoria, que vai ao ar na TV Brasil, e que de certo, também, estará presente na coluna que a Ouvidoria faz na Agência Brasil. Então, muito obrigado. Bom debate.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado ao Paulino. O Sr. Murilo Ferreira de Abreu que vai se manifestar está presente? Está. Então, a próxima pessoa, por favor, a Juliana César Nunes. Em seguida, a Sra. Gislaine da Silva Ribeiro.

SRA. JULIANA CÉZAR NUNES: Boa tarde. Eu queria saudar o Conselho Curador pela iniciativa e, também, a presença de todos e todas.

Eu trabalho aqui, sou jornalista da Empresa Brasil de Comunicação e faço parte da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF e da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial. Esse é um tema que a gente tem feito um debate bem frequente com a categoria sobre esse tema, com opiniões tão diversas quanto as que estão colocadas aqui. Mas, para a gente, o essencial mesmo é esse debate que está sendo colocado.

E o sindicato, realmente, defende que a programação, ela prime por essa diversidade, por essa diversidade religiosa, que seja colocada da maneira mais ética possível, de uma forma que contemple toda a pluralidade cultural brasileira e religiosa.

Então, só realmente fazer uma saudação e parabenizar ao Conselho por essa iniciativa. Obrigada.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado à Juliana. A Sra. Gislaíne da Silva Ribeiro vai falar? Ela está presente? Em seguida, a Sra. Lilian do Socorro Oliveira da Paz Alves. Também não? Então, a próxima convidada a participar, por favor, a Sra. Mara Régia di Perna.

SRA. MARA RÉGIA DI PERNA: Muito boa tarde a todas e todos. Eu gostaria de saudar o Conselho Curador na pessoa de Wagner Tiso, que há 30 anos empresta a sua Maria para que todas nós, mulheres, tenhamos voz na programação da nossa Rádio Nacional. E é com essa força que nos alerta que, graças a essa experiência, eu tenho o prazer também de navegar aos rios da Amazônia, nas ondas da Rádio Nacional, essa emissora que é a única no Brasil que fala simultaneamente para os nove estados da Amazônia Legal, que tem um canhão voltado para essa brava gente brasileira, gente que é tronco, gente que é árvore, gente que tem uma sintonia perfeita com a condição, inclusive, do feminino, que reflete como nenhum outro ser na terra os ciclos da vida. E eu, “andando lá, na ilha de São Miguel, que é a mais linda do nosso Pará”, e elas dançam e cantam o som do pirarucu, e aí dançando eu pergunto: O que é várzea? A várzea é uma mulher grávida, Mara Régia. E aí eu fico muito feliz de ver como a referência maior é a vida, e é esse respeito à natureza da gente.

Então, eu acho que, mais do que qualquer ligação, e religião é isso, é o que nos religa, não é? A gente precisa retomar uma educação humanitária, que faça da compaixão, do amor e da existência um momento de celebração, como a que a EBC, através das ondas da Rádio Nacional da Amazônia, me permite ter, seja com as parteiras da floresta, essas mulheres guerreiras, mães do umbigo do mundo, não é, que com as suas ervas caseiras nos dão aula de sobrevivência, inclusive me curaram várias vezes de algumas mazelas que peguei andando por lá. Então, eu só queria lembrar, o “Natureza Viva”, que é esse programa que eu faço aos domingos, de 8h as 10h, começa logo depois da missa que, através do rádio, é levada a essas populações amazônidas. E eu lamento muito que toda essa sabedoria dos povos tradicionais, toda essa sabedoria indígena também não esteja a serviço dessas populações, que não só não têm um lugar onde estão no mapa, e isso é muito grave, porque você morar num lugar que não existe no mapa é uma deformação. Como também elas não vêm ali espelhadas suas reverências, suas práticas, inclusive de pegar, de repente, um floral de uma vitória régia no meio da madrugada para tentar se fortalecer. Outras vezes, comem a própria terra, e eu muito espantada numa oficina de saúde, saúde da mulher e direitos reprodutivos, elas

falaram: “Mara Régia...” Antes, eu perguntei: “Vamos fazer, como é que vocês acreditam que a gente seja por dentro? Está aqui a argila”. Elas falaram: “Não, Mara Régia, antes disso vamos fazer as pilulinhas”. “Mas que pilulinhas?” “Ah, vamos comer essa argila, essa terra”. Eu falei: “Mas para que isso?” Elas falaram: “Ué, mulher, tu não sabe que quando a gente está longe de casa, a gente tem que comer um pouco da terra onde a gente está que é para não adoecer enquanto estiver longe, enquanto estiver fora?”

Então, esse nível de pertencimento, de cultura, de saber, é a fonte que está cada vez mais distante, não só dos veículos de comunicação em geral, quanto da programação da nossa EBC. Muito obrigada.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Vou chamar, por favor, o Sr. Carlos André Macedo Cavalcante, e, em seguida, o Sr. Clemildo Anacleto da Silva.

SR. CARLOS ANDRÉ MACEDO CAVALCANTE: Boa tarde para todos. Eu me chamo Carlos André Cavalcante, tenho uma satisfação de estar aqui. Eu estou aqui pelo Comitê Nacional da Diversidade Religiosa e pelo Grupo Videlicet de Estudos em Religiões, da Universidade Federal da Paraíba, da qual eu sou professor.

Eu não vou repetir os argumentos que já foram colocados aqui por colegas do comitê em torno da faixa ter o nome de diversidade religiosa, de a programação respeitar e seguir o Programa Nacional de Direitos Humanos, isso é óbvio, de que há um componente de educação em direitos humanos, e que uma instância do comitê junto à EBC poderia apoiar. Mas, a partir dessa instância, eu queria fazer sugestões, sugestão no que vem sendo dito até aqui.

Precisamos, então, de uma programação, pela maior parte das falas, que reflita a pluralidade, a existência de uma tradição religiosa complexa no país, e que essa pluralidade vá ao ar como um objeto desses programas. Essa produção está à disposição. Existe muita coisa de boa qualidade e que respeita, talvez esse seja o ponto central daqueles que são religiosos, e que têm esses horários, que respeitem as diversas religiões através da ética científica. Então, é possível, sim, apresentar essas questões da história das religiões, da ciência das religiões. E, para isso, eu sugiro de já que de todas as formulações de programação que se tenha, se leve em conta a programação com a produção acadêmica que o país possui. Então, há entidades, há instituições, há grupos de pesquisa, há pessoas que podem ser contactadas e que estão à disposição.

Existe uma experiência nesse sentido, que é diferente do que a gente pode imaginar do jornalismo apenas, que é colocada no ar em Belo Horizonte, por um programa local, que é dirigido por um professor da área de Ciências das Religiões, o professor Flávio Senra. Esse é um exemplo. Existem outros exemplos de programação feita assim. E aí garante-se o espaço e a diversidade religiosa. E lembrar, porque é sempre bom lembrar

a história, que nós não estamos num dilema qualquer, nós não estamos numa situação qualquer. Nessas décadas em que a programação esteve no ar, a sociedade brasileira foi amadurecendo, a sua representação foi amadurecendo, o regime anterior caiu, a democracia retornou, a sociedade vem retomando as suas prerrogativas, e, na retomada dessas prerrogativas, é óbvio que ela vai em busca das suas raízes republicanas, e as raízes republicanas não deixam dúvidas, como colocou Mavesper aqui, antes. Não há o que constituir quanto à laicidade da República, quanto à constitucionalidade do ato laico, quanto à necessidade de um espaço público, como é uma emissora pública respeitar, não com discriminação, porque não há discriminação aí, respeitar a pluralidade da sociedade.

E aí tivemos, também, alguns problemas quanto ao conceito do que é público. É porque é público que precisa ser diverso. É porque é público que precisa ser plural. Não é público no sentido de que podemos utilizá-lo já que está ali à disposição e pertence ao povo. Pertence ao povo e deve servir ao povo de uma maneira bastante plural. Esse é um ponto.

E um outro ponto da história, também, que devemos lembrar e que nos permeia durante muitos séculos, o clero cristão, na história do Brasil, esteve ligado ao Estado. O clero desembarca no Brasil dentro do padroado, e esse clero é ligado diretamente ao imperador, é ligado ao rei. Ele recebe até os seus provimentos diretamente do rei. E isso demora por séculos até que a República lança a laicidade ou a ideia da laicidade e vai construindo. Nessa construção chegamos a dilemas como esse, e a EBC está de parabéns por ter tomado a iniciativa de demonstrar a vida republicana nos meios de comunicação públicos e, além disso, o seu Conselho por estar fazendo essa audiência. Eu creio que nessa audiência quebram-se aquelas fantasias de monstruosidade à distância, não é, como se houvesse o bem contra o mal. Não, acredito que não seja isso. Nós estamos é diante de um dilema republicano e o caminho que a empresa vem escolhendo é um caminho bastante razoável, ainda mais com a escolha de programas que tratem diretamente dos assuntos de religião, mostrando a pluralidade e a diversidade religiosa que esse país possui, inclusive para aqueles que não são religiosos, como os membros da ateia e do nosso colega Daniel Sottomaior. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Obrigado. Vou chamar, por favor, o Sr. Clemildo Anacleto.

SR. CLEMILDO ANACLETO: Prezados e prezadas, parabênz, faço parte... Antes disso, eu faço parte do Comitê da Diversidade Religiosa, ligado à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos. E eu quero parabenizar, então, a EBC por esse momento histórico, e, sem dúvida, é uma bela iniciativa, que promove a democracia, o fortalecimento da República. Para que a minha fala não seja tão cumprida, eu vou então ler o texto que eu produzi, eu creio que seja mais objetivo e mais rápido.

"Evidentemente que a maioria dos católicos e evangélicos, ouvintes ou não dos programas, se fossem perguntado sobre a questão, desejariam que estes programas continuassem no ar. A questão fundamental não é saber quem é a favor ou contra. Também entendo que a mobilização realizada aqui, hoje, não se caracteriza como perseguição ao cristianismo ou à religião. Creio que este mesmo movimento estaria sendo realizado caso os programas fossem reapresentações de outros grupos religiosos não cristãos. Se entendi bem, estão em jogo duas teses. A primeira se expressa da seguinte forma: esses dois programas de vertente cristã não refletem a realidade da diversidade religiosa brasileira. A segunda diz o seguinte: o Estado é laico, a televisão é pública. Portanto, o Estado não pode patrocinar um sistema religioso, no caso o cristianismo.

A partir dessas duas constatações, inicio a minha fala dizendo que pelo fato de 90% da população brasileira se declararem cristã - e aqui eu me baseio no relato da Fundação Getúlio Vargas em seu documento 'Novo Mapa das Religiões de 2011' - não nos dá o direito de utilizarmos um canal público para expressar apenas uma única forma de expressão religiosa. Se faz necessário, portanto, atender a diversidade cultural e religiosa de nosso país, inclusive dos que não têm crença alguma. Se o cristianismo, como alguns apregoam, é uma expressão da nossa cultura, muito mais ainda são as expressões de fé indígena ou afro-brasileira, e outras mais. Por que esses grupos não têm espaço semelhante nos meios de comunicação? Vejo que há uma grande preocupação dos ouvintes que se expressaram pela internet com a perda do espaço que já ocupam. A questão não é somente saber se o programa atual, ou o que virá, dará mais audiência ou menos audiência; se será mais benéfico ou menos benéfico, mas se estará cumprindo com o princípio segundo o qual o Estado não pode ser patrocinador de nenhum grupo religioso. Não se discute o mérito dos programas. Parece-me que eles têm sido de grande utilidade há muitos ouvintes que fazem parte dessas vertentes. Mas por que temer a possibilidade de ampliar o leque? A possibilidade de ter mais participações? Se defendemos de fato a diversidade religiosa, esta é uma grande oportunidade para colocarmos em prática o nosso discurso.

Não se deve achar que estamos perdendo dois programas, ou mais programas, ou perdendo espaço nos meios de comunicação. Pelo contrário, estamos ampliando a possibilidade de muitos grupos serem conhecidos e contemplados. Por muitos anos, as agressões entre os grupos religiosos no Brasil foram consideradas normais. Isso era entendido como parte integrante da disputa por fiéis no mercado religioso. No entanto, a discussão atual chama a atenção para o entendimento para a tolerância e pelo respeito às diversas expressões culturais e religiosas.

Concluo afirmando que a religião pode ser uma grande aliada no combate à tolerância. Na declaração de princípios sobre a tolerância, em

seu art. 2º, quando se refere no papel do Estado, diz o seguinte: 'a fim de instaurar uma sociedade mais tolerante, os estados devem ratificar as convenções internacionais relativas aos direitos humanos e, se for necessário, elaborar uma nova legislação a fim de garantir a igualdade de tratamento e de oportunidades aos diferentes grupos de indivíduos da sociedade'. E no art. 5º, quando se refere ao compromisso do agir, o documento é claro: 'comprometem-nos a fomentar a tolerância e a não violência por meio de programas e de instituições no campo da educação, da ciência, da cultura e da comunicação'".

Espero que estas palavras ajudem na reflexão. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Antes de passar para o próximo inscrito, eu gostaria de pedir que as conversas paralelas fossem diminuídas, por favor.

[palmas]

É porque a gente está gravando, está sendo transmitido ao vivo e isso realmente interfere. Muito obrigada.

SR. ANTONIO BIONDI: Vou chamar o próximo inscrito, o Sr. Jairo Pereira Dias Luz, e, em seguida, o Sr. Rafael Soares de Oliveira. Não?

O tempo está correndo, Sr. Jairo. Por favor.

SR. JAIRO PEREIRA DIAS LUZ: Eu, sinceramente, não me inscrevi, eu assinei uma lista ali. Então, eu acho que é desnecessário a minha fala, né? Mas eu queria me apresentar. Eu sou o Jairo, sou um "baúxo", um baiano que mora no Rio Grande do Sul, sou do Comitê Nacional da Diversidade Religiosa. Eu acho que as falas que foram ditas aqui, sou da religião afro, sou um adepto, sou um iniciado, sou teólogo dessa tradição de matriz africana, não é? E, então, é isso. Eu queria só me reafirmar, a laicidade, quer dizer, direitos humanos, laicidade e diversidade religiosa. Só queria dizer isso. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado. O Sr. Rafael Soares de Oliveira, por favor.

SR. RAFAEL SOARES DE OLIVEIRA: Boa tarde. Eu sou Ogan do candomblé, mas também sou membro do Comitê da Diversidade Religiosa. As nossas falas, aqui, têm reiterado uma posição unânime entre nós do Conselho. Primeiro, da defesa dos direitos humanos em sua integralidade, direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais, culturais e também ambientais, que estão em processo de construção no nosso país e na América Latina.

Nesse sentido, nós só vemos como membros de um comitê que defende a promoção do Plano Nacional de Direitos Humanos vigente, e que nos espaços públicos esteja garantido esses direitos na sua plenitude. Nesse sentido, a liberdade religiosa, o direito à diversidade religiosa para nós são pressupostos do direito cultural na nossa sociedade, e pressupostos do direito civil e político.

Entendemos que os espaços públicos gerenciados pelo Estado devem de toda a forma garantir a laicidade, deve de toda a forma serem públicos no sentido da totalidade da população, e que qualquer possibilidade de uma grade que trate do fenômeno religioso do sistema de crenças, ou que trate da diversidade religiosa, se atenha fundamentalmente à promoção da igualdade entre as diversas religiões e igualdade entre os diversos sistemas de crenças presentes nesse país, ou seja, eu estou também falando dos que não têm religião.

Nesse sentido, a gente volta a reiterar falas que já foram feitas pelos membros do comitê, de que qualquer programação que se faça, ela tenha o cuidado de olhar a diversidade, se ainda não se apropriou dessa diversidade, nós nos dispomos a apoiá-los, e se essa diversidade estiver plenamente sistematizada, assim que ela estiver plenamente sistematizada, que ela aconteça dando vazão a uma melhor compreensão do que acontece no país em termos de multiplicidade de religiões. Isso se deve ao fato de nós termos grave preocupação com os fenômenos de intolerância religiosa que ocorrem não só aqui, como em todo o planeta, mas aqui particularmente, que estão afetando e já ameaçando, minando nas suas bases, nas bases sociais da nossa vivência, minando a democracia. Não é entre nós, entre as cúpulas das religiões que isso acontece, infelizmente, na base da sociedade, o desconhecimento tem levado a que as pessoas não abracem a causa da diversidade religiosa. Tem aumentado, infelizmente, a intolerância religiosa, as agressões religiosas que levam, inclusive, à perda de vidas. E todos nós, como religiosos, temos que ser defensores da vida. Defensores da vida em última instância, em qualquer situação.

É isso que eu queria deixar, essa advertência, reiterando as vozes do Conselho, reiterando a posição que nós temos compartilhado, e desejando ao Conselho Curador que dê sequência na sua preocupação republicana.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado, Rafael. Vou chamar agora a Sra. Marga Stroher para fazer a sua contribuição.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Marga, eu posso, antes de você começar, fazer um agradecimento em público pela contribuição inestimável da Secretária Especial de Direitos Humanos, que tem nos embasado melhor com essa questão da diversidade religiosa, que ele já tem uma discussão mais profunda e

avançada nesse tema, e se juntaram a nós, estão nos dando a base para as discussões. Muito obrigada, Marga. Eu peço que você transmita à ministra também o nosso agradecimento. Obrigada.

[palmas]

SR. MARGA STROHER: Boa tarde a todas e todos. Em primeiro lugar, agradecer a EBC, também, por esse espaço e parabenizar pela iniciativa também de colocar em público um assunto que é de uma dimensão muito complexa e sensível, porque abrange a subjetividade humana. E a gente gostaria de colocar, em primeiro lugar, endossar o que os membros anteriores já colocaram no comitê. Eu sou coordenadora da área de diversidade religiosa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e temos nesse comitê um comitê assim de extrema importância e, também, de extrema sabedoria e competência. Eu gostaria de dizer isso em público também. Eu acho que pelas falas que me antecederam, isso ficou muito visível e perceptível.

Então o comitê é bem diverso, com representações bastante plurais, muito respeitadas, de várias tradições religiosas, de estudiosos, de representantes de instituições, inclusive da sociedade de ateus e agnósticos, que muito nos honram com as suas colocações, ponderações, sempre nos chamando de volta para algumas questões pertinentes na discussão religiosa.

Só gostaria de dizer, assim, que antes de termos religião, de termos um livro religioso, um rito, uma cultura, uma tradição religiosa, nós somos seres humanos. E isso é o que está de mais caro e inalienável na nossa realidade como ser humano. Depois vem as outras questões. E isso precisa ser preservado e os direitos humanos também, na sua universalidade, e na sua integralidade. Isso significa que também estamos dentro de um contexto de país que tem, acima de qualquer texto religioso, tradição ou cultura, a Constituição Federal, que nos rege e que também foi construída com muita luta, muito suor, não é, muito empenho de toda a sociedade civil. E isso nós também não podemos brincar com a Constituição. Ela está acima de nossas concepções religiosas, culturais, filosóficas ou quaisquer que sejam.

Dizer também que na Constituição, já desde a primeira República, mas reafirmado na nossa Constituição de 1988, a questão da laicidade do Estado, que é inalienável, não temos como discutir, abrir mão disso. É isso que garante a nossa diversidade tão rica no país também. Garante a expressão cultural, a expressão religiosa.

E se a gente seguir a Constituição, uma rede que seja de mídia radiofônica ou televisiva, quaisquer que seja, ela não pode, dentro do princípio da laicidade, privilegiar, subvencionar nenhuma expressão religiosa em particular. Então, a princípio, nem poderíamos estar discutindo isso, se fôssemos olhar a Constituição na sua literalidade. Mas como também dentro da própria Constituição existe o princípio da

liberdade religiosa, que significa não apenas poder ter uma religião, mas poder também não ter religião, ou então ser ateu, ser agnóstico, ou ter outras convicções que não precisam ser religiosas. E também tem no art. 5º a ressalva de que tudo está nos termos da lei, que a lei é a Constituição.

Lembrar também uma questão muito importante, que eu gostaria de reafirmar em público, a autonomia desse Conselho Curador da EBC. Porque a gente sabe que vocês sofrem pressões de todas as formas, de todos os grupos, não é, e a gente precisa dar um apoio incondicional ao trabalho do Conselho Curador.

[palmas]

Ok, 30 segundos. Só uma questão muito importante, que é a que o Rafael também enfatizou, que nós vivemos um momento muito preocupante de intolerância religiosa, que quase é uma guerra santa no país, e que tem tirado vidas, tem desrespeitado os direitos humanos, tem violado os direitos humanos, e compromete a boa convivência, não é, entre as pessoas, inclusive em comunidades tradicionais, antigas, onde a disputa religiosa já entrou e compromete a democracia.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado, Marga. Muito obrigado. Com a contribuição agora da Sra. Marga, nós encerramos o segundo bloco. Do total de dez inscrições que o bloco poderia ter, foram oito. Como havia ainda um saldo de seis do primeiro bloco, a gente ficou com um saldo total de mais oito, mas não será necessário. Então, não precisaremos ter quase 20 inscrições no último bloco. Na verdade, a gente recebeu sete inscrições de fichas de pessoas agora, aqui, durante a audiência. Se alguém ainda quer se manifestar e não entregou a sua ficha à Raquel, que está ali junto ali da entrada, mas peço que faça isso ainda nessa primeira fala que a gente vai convidar. E, depois, a gente encerrando esse terceiro bloco, a gente passa para as considerações finais.

Então, eu vou chamar, por favor, a Sra. Flávia Pinto e, em seguida, o Sr. Elianildo da Silva Nascimento.

SRA. FLÁVIA PINTO: Boa tarde a todos e a todas. E sou Flávia Pinto, sou sacerdotisa do Centro Espírita a Casa do Perdão, que é uma casa de umbanda no Rio de Janeiro, e, também, sou integrante do Comitê da Diversidade Religiosa, ligada à Secretaria de Direitos Humanos e à Presidência da República.

Como integrante do comitê, eu quero reforçar tudo aquilo que os meus pares já disseram aqui, mas reafirmar que é importante que a laicidade do Estado seja mantida, garantindo a diversidade religiosa, que a gente esteja em comunicação com o PNDH 3, que foi fruto de uma construção dentro desse país, e que a postura de educação em direitos

humanos, tratando da transversalidade da cultura brasileira, seja contemplada na EBC. E, também, lembrar que essa promoção da diversidade é um papel que cabe a uma empresa pública de televisão.

Eu queria, para além de tudo aquilo que já falaram, que eu acabei de reforçar, lembrar que eu sou sacerdotisa de uma tradição religiosa brasileira, genuinamente brasileira, que é a umbanda, e nesse país que não tem muito mais do que 500 anos, as funções culturais indígenas, católica, kardecista, africana, resultaram numa expressão de identidade religiosa brasileira. Mas ainda assim eu me sinto contemplada que a mídia brasileira trate da transversalidade desse tema. Quero lembrar também que a construção do processo democrático é recente nesse país. Até pouco tempo, pais e mães de santo eram presos simplesmente por exercer o seu sacerdócio religioso, e tidos como loucos. Construir a democracia é um processo doloroso, como dizia Tocqueville, "A tirania da democracia não pode ser estabelecida". Então, como dizem em Salvador, saindo de Tocqueville para um ditado popular: "Quem não é visto, não é lembrado".

É necessário que as tradições que estão oprimidas, talvez por falta de oportunidades, ou porque ainda como os meus ancestrais e algumas iás e babás mais velhas do que eu, tiveram a experiência de ter sido presas ou ter parentes e irmãos e filhos presos por exercerem o seu sacerdócio, não queiram participar publicamente dessas atividades.

Então, nós que estamos aqui, não estamos falando somente por nós, somente pela Casa do Perdão, mas por uma umbanda brasileira que tem pelo Brasil afora e por diversas tradições, inclusive os agnósticos, que eu agora estou fazendo um exercício de poder a contemplar na minha fala. Então, todos que já estão com o acesso à mídia também deveriam fazer essa reflexão de que devemos incluir, e isso, sim, cabe ao grande sacerdócio, sacerdote, a inteligência de adequação ao seu tempo. Porque a religiosidade, ela é atemporal, ela tem que estar incluída naquilo que é o anseio das necessidades da sociedade, e isso não nos furta ao exercício do respeito à Constituição, à Carta Magna desse país, que hoje está sendo, construindo democraticamente. Então, contemplar a diversidade religiosa na mídia pública é um presente que a EBC pode dar a esse país.

Dizer para esse país que muitos e muitos índios há mais de 3 milhões de anos já habitavam essa terra quando ela foi encontrada e não descoberta. E que esses valores indígenas permanecem. Que nós, africanos, viemos para cá por um processo de genocídio, mas que permanecemos com a nossa cultura aqui. E que outras tradições aqui chegaram e que foram incluídas na nossa cultura como os católicos, os kardecistas, os protestantes e outras mais. Isso é um compromisso de um país que acaba de ter na sua Presidência uma mulher, que elegeu um operário e que está mostrando para a vanguarda como é que esse país vai se posicionar no sentido do respeito e da prática dos direitos humanos alicerçada pela democrática República brasileira. Obrigada.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Vou chamar o Sr. Elianildo da Silva. Em seguida, o Sr. Jaime Marques de Carvalho.

SR. ELIANILDO DA SILVA: Boa tarde a todos e a todas. Eu falo enquanto cidadão brasileiro, como advogado, como militante dos temas ligados a direitos humanos, especificamente à área de intolerância religiosa há mais de duas décadas, pela iniciativa das religiões unidas, que é um organismo nascido a partir do cinquentenário das Nações Unidas, com representação global, coordeno aqui o grupo de Brasília, e, também, pela honra de estar compondo o Comitê da Diversidade Religiosa, instituído o ano passado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Eu compreendo esse momento, um momento histórico. Eu estava ali nas minhas anotações lembrando da Constituição de 1988, já são vinte e poucos anos já, quase 25 anos da sua promulgação, e ver que o Estado brasileiro assumiu, e ainda assume, diversos compromissos na ordem internacional, com os documentos internacionais, seja a Carta de Direitos Humanos Internacional dos Direitos Humanos, que já completa mais de seis décadas, e que, infelizmente, para todos nós, o cumprimento de todos os direitos lá elencados, entre eles o direito ao respeito ao exercício da liberdade de crença e de pensamento, ainda estão distantes de serem realmente exercidos. Ver, quero parabenizar e, ao mesmo tempo, já enquanto membro, como cidadão brasileiro, parabenizar o Conselho Curador da EBC por esse direcionamento, chamar uma audiência pública para um tema que, aparentemente, pode se achar difícil de se discutir, mas tem que ser falado. Pelo conjunto das falas que anteriormente me passaram, me precederam, demonstra a importância de que o instrumento de uma tevê pública, já que as concessões públicas de televisão, em sua maioria, hoje, diuturnamente vemos o desrespeito a diversos dos direitos humanos e o desrespeito à legislação. E as tevês que são concessões públicas terminam não assumindo a responsabilidade quanto a isso, mas isso é uma outra história. Mas nós não podemos admitir que dentro de uma tevê pública estatal possam reproduzir as mesmas falhas, os mesmos problemas que identificamos, infelizmente, nas tevês ditas privadas, porém, concessões públicas. E, nesse contexto, se - acho que é um ponto interessante; se - eu acho que é nesse contexto aqui essa situação não tem como se reverter, a não ser por uma constituição de programas, os quais direcionem e aí cumpram também uma função do Estado de colaborar com o próprio Estado, de dar implementação ao PNDH 3, construído pela população brasileira através de uma conferência nacional com mais de 15 mil pessoas, isso em 2009, perdão, lançado em 2009, e que dá esses direcionamentos, e que há a necessidade de que todos os organismos do Estado, desde o Estado federal aos municípios, tenham essa preocupação em que haja a sua implementação. Entre elas, essa questão atinente ao respeito à

diversidade religiosa e de crença, e a de pensamento, onde entramos com os nossos irmãos ateus e agnósticos.

Então, nesse sentido, se - isso é um ponto enquanto cidadão - se a própria EBC não fugir ao cumprimento da lei, fugir ao cumprimento da lei, claro que, enquanto cidadãos, todos nós poderemos também chamar ao Judiciário a refletir sobre isso. O Estado não pode ser conivente com a ilegalidade. E é interessante assim, eu acho que é uma conceituação - já encerrando - é uma compreensão equivocada, porque eu acho que no âmbito da EBC e das programações, vamos fazer um paralelo com o termo: nós não temos usucapião de programas, não é? Porque estar a muito tempo com um direcionamento 'X', efetivamente nesse contexto não pode ser avocado como sendo justificativa para tal.

Então, eu agradeço a todos. Muito obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Obrigado. Vou chamar o senhor Jaime Marques de Carvalho Neto. Em seguida, o Sr. João Baptista. E lembrando que as inscrições estão encerradas. Agora a gente está indo para esse pequeno bloco final. O Sr. Jaime não está presente? Então, eu vou chamar, por favor, o Sr. João Baptista Pimentel.

SR. JOÃO BAPTISTA PIMENTEL NETO: Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é João Baptista Pimentel Neto. Eu sou presidente do CBC, que é o Congresso Brasileiro de Cinema, que é uma entidade nacional sem fins lucrativos, que reúne 82 outras entidades do audiovisual brasileiro.

Eu quero, antes de mais nada, dizer que no entendimento do CBC, a laicidade do Estado é cláusula pétrea da Constituição, ou seja, qualquer dúvida a gente consulta o Supremo, e eu acho que... eu escutei um papo de querer mudar a lei etc. e coisa e tal. Eu acho que é meio difícil mudar cláusula pétrea da Constituição. Ao mesmo tempo, a gente que lida com a cultura e com o audiovisual, a gente entende que o país não nasce do nada, e o país é um país que tem uma cultura viva, e que dentro dessa cultura viva a religiosidade faz parte da vida do país. E que ela deve, sim, ser contemplada, não só nas tevês públicas, como nas tevês privadas, que, na verdade, como foi dito agora, não são privadas, são concessões do Poder Público. Entendemos, porém, e gostei muito da frase que foi dita agora, não existe usucapião de espaço, principalmente de espaço público. E que, portanto, a gente se congratula com a condução que vem sido dada ao tema pelo Conselho Curador da EBC, que visa contemplar aquilo que a gente tem de mais rico nesse país, que é a diversidade cultural, que se reflete na diversidade religiosa.

Então, que esse espaço - que também eu gostei muito de escutar a mudança do nome de faixa religiosa para faixa da diversidade religiosa - que ele seja uma faixa dedicada ao ecumenismo, não é? Já que o que a gente mais abomina é a intolerância religiosa, que, como foi dito aqui,

vem vitimando muita gente, principalmente aqueles que têm sido, a séculos, vítimas, que são os índios e os negros desse país.

Então, pela diversidade cultural, pela tolerância, viva o cinema brasileiro. E eu convido todos vocês a que se juntem a nossa na luta para que o conteúdo audiovisual brasileiro possa fazer parte da grade de programação, não só da EBC, mas das tevês públicas brasileiras e dos canais de assinatura desse país, porque o audiovisual brasileiro contempla a diversidade cultural e a diversidade religiosa que todos vocês representam. Boa tarde e obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado, Pimentel. Vou chamar agora, por favor, a Sra. Liliam Sá, Deputada Liliam Sá. E, em seguida, o Sr. Josué Alves de Souza.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: Muito boa-tarde a todos. Eu me sinto muito feliz e honrada de poder estar num debate tão saudável como esse. Eu quero parabenizar o Conselho. Nós já tivemos essa discussão no Congresso Nacional, no Senado, da qual eu fiz parte. Nós estamos aqui para entrar num consenso. Nós não estamos puxando para a religião A, B ou C. Nós não aceitamos a intolerância religiosa, como foi dito aqui, mas nós queremos ter uma solução para a tevê pública. Já que a tevê pública, ela é do povo, é o povo sempre que prevalece, é a vontade do povo que prevalece. E nós queremos contribuir para esse debate.

Nós não queremos, aqui, uma guerra religiosa entre católicos, entre protestantes, entre espíritas, entre judeus, entre... todas as religiões, vamos dizer assim. Eu estava ouvindo até aquela senhora que falou que é bruxa, Wicca. Não é isso que vocês se cumprimentam, não é assim? Então, e ela falou: "Se eu estivesse numa tevê como esta, com um programa desse, eu também estaria defendendo, me defendendo, querendo o meu espaço". Acho que todos aqui--

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [1:52:14]: Ela não falou isso, não.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: Falou sim.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não. Não falou, não.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: No final da sua frase. No final da sua frase.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Todo mundo está dizendo que não falou isso.

SR. ANTONIO BIONDI: Tudo bem, gente.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: Tá bom. Então me perdoem, eu estou equivocada. Então, nós não queremos essa intolerância. A diversidade religiosa é uma coisa que o Brasil inteiro está questionando. Todos querem a liberdade de expressão. Eu estava falando ali com o Dr.

João Paulo Campos, e ele estava até falando sobre uma tese da laicidade, que é a liberdade que o Estado dá às pessoas para exercerem sua religião, e o laicismo, que é o Estado excluindo a religião da sociedade, não é?

Então, o que nós queremos? É que o Conselho, todos aqui que estão lutando por essa causa, entrem num consenso. Nós não queremos que a televisão seja uma televisão que tenha somente uma inclinação religiosa. Nós queremos que tenha, sim, todas as religiões, porque fazem parte da cultura brasileira.

Eu fiz um decreto suspendendo o efeito do Conselho, porque até então nós não tínhamos entrado em consenso, a Diretoria anterior, e tinham suspensos os programas religiosos. E não foi por aí. Depois de 41 anos, vai se discutir dessa forma. Então, nós achamos que foi uma forma intolerante, também, com os programas que estavam no ar.

Então, por isso que eu entrei com o decreto legislativo, conversei muito com a Ana Luzia (sic) sobre isso, ela foi no meu gabinete, eu falei com ela, eu falei: "Olha, nós temos que entrar num consenso". Nós temos que ter uma grade, sim, uma grade em que possa prestigiar todas as religiões, a manifestação do povo e a manifestação de Deus, diz assim. Eu luto pela criança e o adolescente. E o que nós vemos é a falta da religiosidade a essas crianças que estão no crack, a essas crianças que estão na rua, porque não tem isso. Não tem. E eu sou a favor do ensino religioso nas escolas. Seja lá... Nós já tivemos uma audiência lá na Cúria Metropolitana, nós tivemos uma audiência em que participou todas as religiões para se discutir um consenso de como seria esse estudo religioso nas escolas. Eu acho que todo mundo aqui é pai, é mãe, sabe disso, o quanto faz falta a criança seguir um caminho, acreditar em alguma coisa para que ela não venha para o caminho do mal, para que ela não esteja nas drogas, para que ela não esteja jogada do jeito que ela está, sendo aliciada pelo tráfico, aliciada pelas drogas.

Então, eu deixo a minha contribuição, eu espero que esse Conselho entre num consenso, que seja justo, não é? Nós temos que respeitar a pluralidade, nós temos... E respeitar todas as religiões e combater a intolerância. Nós não queremos, aqui, uma guerra, como se foi falado, que há perseguições religiosas. Se há perseguição religiosa, nós temos que levar isso para o Congresso Nacional e discutir que tipo de Brasil que nós queremos. Nós não queremos um Brasil que seja intolerante, porque a intolerância já matou muita gente, já matou muita gente mesmo, não é? Nós sabemos que todas as religiões--

SR. ANTONIO BIONDI: Concluindo, deputada, por favor.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: --elas sofreram com as perseguições religiosas. Eu deixo aqui a minha contribuição, espero que a gente entre num consenso e que a grade da tevê pública seja mesmo pública, que seja para o povo e que o povo possa dizer aquilo que ele quer ver, aquilo que ele quer assistir. Muito obrigada.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Deputada Liliam, por favor. Eu gostaria de fazer uma solicitação em público para a senhora.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: Pois não.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Que diante da demonstração de maturidade dessa audiência, das pessoas que contribuem aqui, da manifestação da vontade do Conselho, do Grupo Consultivo, que a senhora apresente o requerimento de retirada do projeto de decreto legislativo.

[palmas]

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: Bem, eu não vou dizer que eu entrei numa saia justa [risos], que eu estou com um vestidinho um pouquinho mais largo.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Não foi a minha intenção, foi uma coisa do coração mesmo. Desculpa.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: Não, querida, eu sei. Nós entramos num consenso, lembra, você me pediu para que eu retirasse o projeto, mas que a gente entrasse num consenso, e que os programas, tanto o católico como o programa evangélico, que já estão há 40 anos no ar, eles continuassem até que a gente pudesse ter...

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: O resultado do grupo de trabalho.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: Isso, do grupo de trabalho.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: É o que está acontecendo.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: Então, aí nós vamos conversar.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: A senhora estude o caso, por favor.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: Tá bom?

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Muito obrigada.

SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ: Eu agradeço.

SR. ANTONIO BIONDI: Obrigado, deputada. Vou chamar o Sr. Marcelo Salahuddin Bulhões dos Santos. E, por fim, a Sra. Rosângela Justino, que vai encerrar o último bloco de participações.

SR. MARCELO SALAHUDDIN BULHÕES DOS SANTOS:

[[pronunciamento em outro idioma] Em nome de Allah, o Clemente, o Misericordioso, a paz, a benção e a misericórdia de Allah estejam com o profeta Mohamed, a paz esteja convosco.

Diante da qualidade dos colegas que se manifestaram anteriormente a mim, eu fico um pouco sem jeito. Eu estou aqui representando o xeique Jihad Hassan Hammadeh, que é da União das Entidades Islâmicas do Brasil, que me substituiu na composição do Conselho da Diversidade Religiosa, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, e, especificamente, no que se refere ao que os colegas anteriormente a mim comentaram, eu fiz umas anotações.

Eu, em primeiro lugar, notei que foi, inclusive, pontuado pela Mesa que em nenhum momento foi a intenção do Conselho Curador - não sei se eu estou entendi errado, talvez -, mas que não teria sido a intenção retirar de maneira arbitrária os programas do ar, e sempre - ao menos nessa gestão - se pautou pelo procedimento da Consulta Pública, não é, o que é excepcional, se considerando a questão da televisão ser uma concessão de um serviço público a particulares, e, no caso da EBC, mais ainda, por se tratar de uma tevê pública, que veicula informações governamentais, mas que também presta serviços a todos os cidadãos do Estado brasileiro.

E aí eu ia, talvez, fazer uma observação sobre a evolução jurídica, é cacoete de advogado, mas eu vou pular isso. Eu só observo que com a questão da evolução da nossa legislação, ela veio no sentido da construção do Estado laico, o qual não pressupõe um Estado que vede as manifestações religiosas, que são características de um país diverso como o nosso, sendo evidente que, com isso, não se pressupõe também negar o desenvolvimento histórico da religiosidade brasileira, a qual se pode dizer, hoje, como sendo predominantemente cristã, mas que teve ao longo dos anos a contribuição de diversas tradições, e que hoje continua a ter. Então, eu até anotei aqui rapidamente, um país com uma comunidade libanesa, por exemplo, como na Vinte e Cinco de Março, no Brás, uma comunidade judaica na zona sul do Rio, Candomblé da Bahia, a umbanda no Rio também, um país diverso como esse não pode se restringir a uma determinada confissão, penso eu.

Então, eu reputo que, talvez, não seja a situação de, como alguns talvez vejam, se perseguir uma determinada tradição, mas, sim, a do respeito à diversidade [pronunciamento em outro idioma] aqui, no Brasil, a própria comunidade islâmica tem um comportamento exemplar para outras comunidades islâmicas no mundo, nos damos, inclusive, muito bem com a comunidade judaica, o que é uma raridade no mundo. E [pronunciamento em outro idioma] que nós vivemos num país como esse, em que isso é possível.

Então, só fazendo a observação que - uma última observação que eu gostaria de fazer antes de cumprimentar o Conselho pela iniciativa e

pela coragem das colocações agora recentes - eu considero que não deva ser levado por estudiosos. Eu vou discordar. Perfeito. Eu vou discordar um pouco, me permitir a discordar do professor Carlos. Eu considero que deva ser feita uma interpretação por cada integrante de grupo religioso, ou não religioso, e isso propiciará, inclusive, a quebra de alguns estereótipos. Porque em diversos momentos, por exemplo, falando no nosso caso, os muçumanos são retratados, não na TV Brasil, mas em outras televisões que não cabe nem citar em respeito aos senhores, são citados de maneira muito pejorativa. Então, a gente acredita que o fato de um muçumano se manifestar, de um judeu se manifestar sobre a fé judaica, um candomblecista sobre o candomblé, isso geraria mais isonomia, fazendo apenas a ressalva de que isso não descambe para a questão de um culto, ou de um rito, mas, sim, numa questão mais educativa, de informar o público--

SR. ANTONIO BIONDI: Concluindo, Marcelo, por favor.

SR. MARCELO SALAHUDDIN BULHÕES DOS SANTOS: --telespectador da EBC a respeito dos conceitos básicos e dos princípios de cada tradição de maneira a evitar a repetição dos casos de intolerância. Obrigado.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado, Marcelo. Convidar a Sra. Rosângela Justino, e a Rosângela é a última inscrita nesse terceiro bloco. Então, para quem não pôde se manifestar agora, durante a audiência, e gostaria de enviar, depois, algo por escrito, por favor, nos escrevam no e-mail: conselho.curador@ebc.com.br. Depois da Rosângela, eu vou passar a palavra para a presidente Ana Fleck. Obrigado, Rosângela.

SRA. ROSÂNGELA JUSTINO: Boa tarde, senhores e senhoras. Assim, parece que existe um consenso aqui acerca da liberdade que a gente quer garantir de expressão religiosa, não é? Eu cheguei aqui um pouco tarde, infelizmente não deu para eu... Eu vim do Rio de Janeiro, cheguei hoje, não deu para chegar dentro do horário previsto para assistir toda a programação.

Mas o que eu quero pontuar aqui é que eu temo, eu sou... Além de... Eu sou missionária evangélica do Rio de Janeiro e presido a Abrace, Associação de Apoio ao Ser Humano e à Família, e tenho também a formação, a graduação em Psicologia.

Eu queria, assim, pontuar que está acontecendo algo estranho, por exemplo, no mundo, na atualidade, que todo mundo tem conhecimento, não sei, do pastor Youssef, que está no Irã, e condenado à força porque ele é evangélico, porque é protestante. Alguém aqui, todo mundo tem conhecimento? Levantem a mão. Tá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. ROSÂNGELA JUSTINO: Tá. Então, assim, eu temo que aqui no Brasil isso ocorra também, não é? Porque, assim, a gente vê que os religiosos estão sendo retirados da mídia, uma posição autoritária e sem palavras, né? E eu vejo assim, que a gente não pode deixar que esse tipo de situação ocorra também no nosso país, que é um país que tem sido até procurado e visto até por outros países como um local em que a gente tem uma liberdade de expressão religiosa.

Mas a liberdade de expressão e religião, aqui, no Brasil, já vem ocorrendo um cerceamento já há longa data. Eu, por exemplo, desde 1999, que eu venho sendo perseguida porque eu sou evangélica e também por ser psicóloga. Para os senhores terem uma ideia, já há mais de 30 anos, eu tenho desde 1980, no final dos anos 80, que eu venho apoiando pessoas que desejam deixar voluntariamente a homossexualidade, e eu fui condenada pelo Conselho de Psicologia porque eu sou evangélica, desqualificada em minha condição de profissional, simplesmente porque eu sou evangélica. Dentro dos meus processos estão todos escritos: “Ela é evangélica, por isso ela se dispõe a apoiar pessoas que pedem o apoio para sair do estado homossexual”.

Então, a gente vê que, aqui, no Brasil, por exemplo, há pouco tempo, uma psicóloga, a Marisa Lobo, também vem sendo perseguida porque é evangélica. Ela não pode dizer que ela é psicóloga e também professora a fé cristã evangélica.

Então, o que eu quero dizer para os senhores, assim, que a gente que tem curso superior, que vive na academia fazendo especializações, mestrados, doutorados, a gente sente que existe um clima na sociedade de perseguição, especialmente discriminação ao evangélico.

Então, eu queria, assim, só deixar a minha palavra que a gente não pode deixar que no Brasil ocorra essa perseguição religiosa e afrontas e ataques, e até no futuro pena de morte, como está acontecendo lá no Irã com o pastor Youssef.

[palmas]

SR. ANTONIO BIONDI: Muito obrigado, Rosângela. Vou passar a palavra para a Ana Fleck.

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Terminamos, então, as inscrições.

Eu gostaria de passar a palavra para o Rogério Brandão e, depois, a gente finaliza a audiência, tá?

SR. ROGÉRIO BRANDÃO: Boa tarde a todos. Eu quero parabenizar aqui, aproveitar para parabenizar a iniciativa do Conselho, na pessoa aqui da presidente Ana Fleck, que conduziu, como sempre com muita classe e elegância, essa audiência, que do meu ponto de vista resultou num exercício democrático, plural e culturalmente muito enriquecedor. Eu, como um criativo e produtor de conteúdo de televisão, eu aprendi muito

aqui. Ouvi bastante. Sei que nós temos um desafio muito grande pela frente para organizar toda essa questão. Mas a TV Brasil, com o apoio do Grupo Consultivo, que foi constituído pelo Conselho, com representantes de todos os interessados nesse tema, vai saber acatar a decisão do Conselho Curador e contemplar os interesses dos representantes da sociedade, como já foi dito aqui, já que nós somos uma emissora pública.

Foi muito enriquecedor, eu aprendi muito e agradeço a participação de todos que vieram aqui expor as suas posições e trazer novos conhecimentos, pelo menos para mim. Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR ANA LUIZA FLECK: Bem, eu, na condição de presidente da Mesa, presidente do Conselho, eu vou me abster de qualquer colocação sobre conteúdo, sobre valores, sobre o conteúdo dessa audiência pública.

Eu só quero manifestar o meu profundo agradecimento a todos que estiveram aqui, que trouxeram as suas contribuições. Reforço que essa contribuição não se encerra aqui, que o Conselho Curador e a EBC precisam dessas contribuições de vocês que vão embasar todo o nosso trabalho.

Eu fico especialmente tocada pela demonstração de maturidade, tolerância e alto nível das contribuições. Muito obrigado a todos e eu espero fazer dessa... que o Conselho possa fazer desse contato com a sociedade, desse diálogo, uma prática permanente cada vez mais frequente. Muito obrigada a todos.

[palmas]